



Anuário Antropológico
v.50 | 2025

Entre o íntimo e o político: os contornos atuais da governança reprodutiva

Between the intimate and the political: the current outlines of reproductive governance

Andréa Lobo, Claudia Fonseca, Fernanda Rifiotis



Edição eletrônica

URL: <http://journals.openedition.org/aa/14953>

DOI: 10.4000/1552m

ISSN: 2357-738X

Editores

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UnB)

Referência eletrônica

Andréa Lobo, Claudia Fonseca, Fernanda Rifiotis, «Entre o íntimo e o político: os contornos atuais da governança reprodutiva», *Anuário Antropológico* [Online], v.50 | 2025, e-1552m. URL: <http://journals.openedition.org/aa/14953> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/1552m>



Atribuição 4.0 Internacional

Entre o íntimo e o político: os contornos atuais da governança reprodutiva

Between the intimate and the political: the current outlines of reproductive governance

DOI: <https://doi.org/10.4000/1552m>

Andréa Lobo¹

¹Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, Brasília, DF, Brasil

ORCID: 0000-0001-7525-1953

Claudia Fonseca²

²Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Antropologia, Porto

Alegre, RS, Brasil

ORCID: 0000-0002-7761-6095

Fernanda Rifiotis^{3*}

³Universidade Federal de Pelotas, Departamento de Antropologia, Pelotas, RS, Brasil

ORCID: 0000-0002-7307-2254

Este artigo, que abre o dossiê sobre os contornos contemporâneos de família e parentesco, analisa como a reprodução humana se entrelaça com dimensões políticas, econômicas e sociais, particularmente no Brasil e na América Latina. As autoras argumentam que, em contextos marcados por profundas desigualdades de classe, raça e gênero, a governança reprodutiva opera simultaneamente como mecanismo de controle estatal e arena de resistência, onde estratégias femininas de solidariedade e redes intergeracionais de cuidado emergem diante da ausência histórica de um Estado de bem-estar social consolidado. O dossiê reúne etnografias que iluminam os “espaços de sombra” negligenciados em discussões anteriores ou em outras realidades geográficas, examinando desde maternidades impedidas por barreiras legais e transfronteiriças até destituições do poder familiar e revelando como economias morais, emoções e negociações cotidianas materializam tensões entre direitos individuais, regulações estatais e éticas do cuidado — sempre permeadas por hierarquias sociais que determinam quem pode reproduzir, criar filhos e em quais condições.

This article, which opens the dossier on contemporary family and kinship patterns, analyses how human reproduction is intertwined with political, economic and social dimensions, particularly in Brazil and Latin America. The authors argue that, in contexts marked by profound inequalities of class, race, and gender, reproductive governance operates simultaneously as a mechanism of state control and an arena of resistance, where female strategies of solidarity and intergenerational care networks emerge amid the absence of a consolidated welfare state. The dossier brings together ethnographies that shed light on the “shadow spaces” neglected in previous discussions and in other geographical realities, examining everything from motherhood prevented by legal and cross-border barriers to the removal of parental rights, revealing how moral economies, emotions and everyday negotiations materialise tensions between individual rights, state regulations and ethics of care — tensions that are always permeated by social hierarchies that determine who can reproduce, raise children, and under what conditions.

Governança reprodutiva; Desigualdades sociais; Maternidades; América Latina; Justiça reprodutiva

Reproductive governance; Social inequalities; Motherhood; Latin America; Reproductive justice



**DOSSIÊ: CONTORNOS
CONTEMPORÂNEOS DE FAMÍLIA
E PARENTESCO: DESAFIOS EM
GOVERNANÇA REPRODUTIVA**

Nos últimos anos, assistimos na antropologia brasileira e latino-americana a uma proliferação de estudos que se encontram de forma desafiadora em discussões que acrescentam à governança reprodutiva novas dimensões através de noções tais como justiça reprodutiva e parentalidades. Pesquisadoras, em particular feministas, têm colaborado na produção de uma lente analítica potente para a examinação dos múltiplos mecanismos por meio dos quais Estados, mercados, comunidades e indivíduos negociam, regulam e contestam as práticas reprodutivas. A perspectiva da “governança” tem nos permitido compreender como as dimensões reprodutivas atravessam e estruturam não apenas as relações familiares e de parentesco, mas também as diversas configurações do poder público, do panorama econômico e das políticas sociais. E, com ênfase em processos interseccionais de reprodução estratificada, tem nos fornecido ferramentas conceituais para compreender como diferentes grupos sociais experimentam de forma desigual o acesso a recursos reprodutivos, desde tecnologias de reprodução assistida até políticas de proteção materno-infantil, passando pela distribuição desigual do trabalho de cuidado (fora muitos estudos na área de direito e saúde coletiva, podemos citar nas ciências sociais: Brandao e Cabral 2021, Fonseca, Marre, Rifiotis 2021, Faria e Vergara 2021, Silva 2023, Braga e Carneiro 2024, Teixeira e Uchôa 2025, Brandão, Lowenkron e Carneiro 2025).

Assim, a governança reprodutiva vem se reatualizando através do diálogo não só com um leque amplo de áreas disciplinares (além de família e parentesco, economia, política, direito, medicina, psicologia, comunicação, etc.), mas também com movimentos sociais inovadores debruçados sobre justiça reprodutiva, saúde coletiva, práticas de cuidado, políticas sociais, violência de gênero, tecnologias médicas e a política das emoções. Mediante uma abordagem que privilegia as práticas e subjetividades corporificadas tão bem desenhadas por estudos etnográficos, procurando dar conta das complexas relações de força que permeiam os diferentes campos empíricos sob estudo, as autoras desse dossiê desafiam não só as fronteiras disciplinares, mas também os limites usuais de escala.

Ao rastrear os fios que conectam esses diferentes espaços, o/a leitor/a encontra materiais que permitem explorar as tessituras que se estendem entre as emoções mais íntimas até as forças econômicas e políticas com abrangência de escala global. É esse interesse pelo entrelaçamento do íntimo e o político — alimentado em parte pelos estudos feministas, “novos estudos de parentesco”, estudos de ciência e tecnologia, e etnografias do mundo contemporâneo, entre outros — que mobiliza as autoras que participam deste dossiê especial do *Anuário Antropológico*, dando visibilidade a alguns temas que têm estimulado recentes debates no âmbito da rede Anthera¹ e que iluminam espaços de sombra a serem melhor explorados.

Os textos estendem o olhar do leitor para as intrincadas relações entre políticas ultraconservadoras de família e filosofias neoliberais (Briggs 2025), assim como para viagens transfronteiriças provocadas por impedimentos legais à maternidade assistida (Desy e Marre 2025). Consideram a complexa negociação entre leis e moralidades tanto no caso de maternidades destituídas à força pela intervenção estatal (Villalta 2025, Gomes 2025) quanto na entrega dita “voluntária” de bebês

*Utilizamos neste artigo o critério ECN (Equal-Contribution-Norm) para a atribuição de autoria, ou seja, as autoras aparecem em ordem alfabética pois todas contribuíram igualmente para a elaboração do artigo.

1 Este dossiê traz contribuições de pesquisadoras e pesquisadores nacionais e internacionais que participaram do I Colóquio Rede Anthera: Desafios em Governança Reprodutiva, realizado de 17 a 19 de abril de 2024, em Porto Alegre (RS). Nasce, portanto, da Rede Internacional de Pesquisas sobre Família e Parentesco (Rede Anthera), formalizada em 2022 a partir da aprovação de dois editais do CNPq (Chamada n.26/2021 Apoio à Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação: Bolsas no Exterior; Chamada n. 40/2022 – Linha 3B – Projetos em Rede – Políticas públicas para o desenvolvimento humano e social). A rede tem contado também com o apoio das suas sedes principais (UFRGS) e regionais (PUCRS, UFRRJ, UFAL e UnB), bem como de *inputs* periódicos da CAPES, tais como os editais de apoio a eventos (PAEP).



(Rinaldi 2025). Auscultam tanto o esgotamento emocional de profissionais incumbidos de resolver as contradições inerentes nas políticas públicas quanto as sensações ambivalentes de parentesco que surgem na reunião de adotados adultos com seus pais “de origem” (Gesteira 2025). E, finalmente, somos levadas a refletir sobre os trânsitos entre as noções de parentalidade positiva e intensiva associados às famílias de elite e classe média e as ações de intervenção estatal em famílias de populações imigrantes, pobres e racialmente discriminadas (Fonseca 2025).

É com o intuito de contribuir não só para políticas sociais de alta relevância no mundo contemporâneo, mas também para o arsenal teórico-metodológico do rico campo de debates que vem se delineando na pauta acadêmica e da sociedade civil, que o presente dossiê apresenta densos estudos etnográficos fitando desigualdades e tensões em torno das noções de cuidado, reprodução e parentalidades. Juntamo-nos, assim, ao esforço coletivo histórico de outras pesquisadoras e ativistas, na esperança de combater toda violência contra a vida reprodutiva das mulheres, e avançar na concretização de uma agenda inclusiva de justiça social.

Situando nossa contribuição

Nos últimos cinco anos, demos um salto na visibilidade no Brasil da abrangência e qualidade de estudos nas ciências sociais feministas sobre a temática da reprodução. Em 2021, quando foi publicada a coletânea temática na revista *Horizontes Antropológicos* (Fonseca, Marre e Rifiotis 2021), o termo “governança reprodutiva” já tinha sido consagrado, há quase uma década, pela dupla de antropólogas norte-americanas, Lynn Morgan e Elizabeth Roberts. Conforme estas autoras, o cerne da análise devia ser os “mecanismos pelos quais diferentes configurações históricas de atores, como instituições estatais, religiosas e financeiras internacionais, ONGs e movimentos sociais, usam controles legislativos, incentivos econômicos, injunções morais, coerção direta e incitamentos éticos para produzir, monitorar e controlar comportamentos reprodutivos e práticas populacionais” (Morgan e Roberts 2012, 243). Vindo ao encontro desse campo de discussão, os artigos reunidos no volume de 2021 versavam sobre os mecanismos religiosos, legais, médicos e políticos implicados nos processos de procriação, forjados para regular comportamentos, principalmente, de mulheres. Apontavam para um vasto campo de possibilidades teórico-empíricas e metodológicas centrado em temas tais como políticas sociais envolvendo tecnologias contraceptivas, leis sobre gestação por substituição, práticas institucionalizadas de violência obstétrica, a normatização de bancos de leite materno, a regulação de filiação em famílias lgbt, estilos de acolhimento institucional e muitos outros.

No referido volume, foram construídos argumentos atentos a processos globais (formas pelas quais economia, política e reprodução estão inextricavelmente ligadas), acompanhando os debates internacionais para os quais traziam contribuições originais. Havia uma insistência da maior parte das autoras latino-americanas em sublinhar a vulnerabilidade de mulheres, vítimas do racismo e da



**DOSSIÊ: CONTORNOS
CONTEMPORÂNEOS DE FAMÍLIA
E PARENTESCO: DESAFIOS EM
GOVERNANÇA REPRODUTIVA**

precariedade econômica. Emblemática dessa vulnerabilidade, a imagem de jovens mães, geralmente pobres e negras, destituídas de seus direitos maternos logo depois do parto, foi evocada por pesquisadoras de todos os cantos do Brasil. Nesse tipo de cenário, a reprodução humana, longe de se mostrar restrita a uma esfera “doméstica” delimitada, revelava-se como um processo inevitavelmente entrelaçado com valores morais, interesses institucionais e forças políticas que perpassam o tecido social. Evocava-se, assim, um campo de atuação simultaneamente íntimo e político, material e semiótico, atravessado por questões que extrapolam as dimensões de gênero e sexualidade, incorporando dinâmicas de Estado, raça, mercado e origem nacional que, mediadas por corpos e afetos, interconectam o microsossial com processos transnacionais de amplo alcance.

Desde então, graças em grande medida às parcerias estabelecidas entre pesquisadoras e ativistas dentro e fora das universidades, consolidaram-se profícuos caminhos de diálogo através de redes como *Anthera* (*Rede Internacional de Pesquisa sobre Família E Parentesco*)² e *REMA* (*Rede Transnacional de Pesquisas sobre Maternidades Destituídas, Violadas e Violentadas*)³, dando origem a uma proliferação de trabalhos e publicações. Com apoio de agências de fomento como CNPQ e CAPES, e lançando mão de interlocuções já sedimentadas com pesquisadores em outros países, houve uma multiplicação de grupos de trabalhos nas reuniões nacionais tradicionais (na ABA, ANPOCS, RAM, RAS, etc.) assim como um surgimento de colóquios novos.⁴

Desde o início dessas discussões no Brasil, a noção de justiça reprodutiva se mostrava um termo imprescindível para o debate. Assim, destacando seu posicionamento engajado, frequentemente de mãos dadas com determinados movimentos sociais, pesquisadoras aumentavam seu foco para, além das preocupações originais, o direito de a mulher ter e criar seus filhos *em condições dignas*. Embora já estivesse presente em estudos anteriores (Brandão e Cabral 2021, Fonseca, Marre, Rifiotis 2021), foi com a coletânea *Justiça reprodutiva: desafios interseccionais na saúde coletiva* publicada pela Fundação Fiocruz (Elaine R. Brandão, Laura Lowenkron e Rosamaria G. Carneiro, 2025) que o termo revelou ainda mais sua potência. Ao introduzir o volume de artigos focados inteiramente em materiais da América Latina, as organizadoras frisam o quanto os acontecimentos relatados no livro refletem a história escravocrata e colonialista da região⁵. Seguindo nessa linha de análise, colocam em relevo a fundamental importância de pesquisadoras feministas negras, enquanto representantes de setores historicamente marginalizados, na reflexão crítica sobre os processos reprodutivos atuais. E, sem abrir mão das fecundas interlocuções com a área de saúde coletiva, exploram nos sucessivos capítulos as experiências maternas de mulheres que sofreram sistemática discriminação -- além de negras e pobres -- indígenas, haitianas, transmasculinas e deficientes entre outras.

Além da insistência no aspecto interseccional das dinâmicas, a tendência de analistas nesse campo de interlocução tem sido a de ampliar o escopo de atenção para um leque sempre mais abrangente de temas. Citemos, como exemplo, a análise das pesquisadoras chilenas, Marjorie Murray e Constanza Tizzoni (2025),

2 <https://www.redeanthera.com/>

3 <https://rema.uff.br/>

4 Entre os principais eventos acadêmicos sobre o tema realizados no Brasil nos últimos anos, para além do I Colóquio Rede Anthera do qual este dossiê se origina, destacam-se: o Seminário “Direito a ter e ser mãe: Proteção Social à Maternidade e à Convivência Familiar em Contextos de Desproteção Social” (IPEA/MDHC/Anthera/REMA, outubro de 2023); o Seminário Internacional sobre maternidades, violências e direitos (REMA/UFF, setembro de 2025); o GT 87 “Maternidades destituídas, violentadas e violadas” na XIV Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM, 2023); o II Seminário Maternidade e Universidade da UFRJ (2022); o III Seminário Sobre Maternidade (UFF, 2021); a Conferência “Maternidades em sociedade pré-modernas: realidades e representações” (UFRJ, maio de 2023); o Seminário online “Contornos contemporâneos de família e parentesco: políticas de continuidade e ruptura” (Rede Anthera/UFRGS, 2023); e o II Colóquio Rede Anthera: Parentalidades, direitos e políticas públicas (UERJ, junho de 2025). A REMA também desenvolveu o podcast “Maternidades ameaçadas”, com a série “Transformando casos em causas”, voltado à divulgação de histórias e reflexões sobre maternidades em contextos de vulnerabilidade. A temática foi objeto de Grupos de Trabalho regulares nas reuniões da ABA (como o GT “Maternidades, partos e cuidado infantil: políticas dos corpos, direitos humanos e antropologia em ação” na 31ª RBA, 2018, continuado em edições subsequentes), ANPOCS (com múltiplos GTs e SPGs nas edições de 2021-2025) e outras reuniões da RAM.



**DOSSIÊ: CONTORNOS
CONTEMPORÂNEOS DE FAMÍLIA
E PARENTESCO: DESAFIOS EM
GOVERNANÇA REPRODUTIVA**

que narram a história de Stella, uma mãe de 29 anos, cujo bebê foi morto atingido por uma bala perdida enquanto dormia na cama dos pais. Se, num primeiro momento, poderia parecer pouco evidente pensar a justiça reprodutiva a partir de uma “bala perdida”, rapidamente nos damos conta de o quanto esse trágico evento fornece elementos para pensar o cotidiano em grandes metrópoles urbanas. Atravessado por conflitos armados em decorrência de rivalidades entre gangues, do tráfico de substâncias, da intervenção da polícia e outros agentes estatais, o episódio nos fala de forma emblemática sobre as múltiplas camadas de violência que pesam sobre as vidas maternas no hemisfério sul (Vianna e Farias 2011).

Na medida em que o seu papel de mãe — isto é, sua competência para exercer a maternidade — é colocada sob suspeita diante de práticas estatais salvacionistas, o caso de Stella abre o caminho para mais um tema despontando atualmente no entrecruzamento de governança e justiça reprodutiva: a parentalidade. Debates críticos recentes chamam atenção ao que denominam a “virada parental” - a multiplicação de tecnologias avaliativas e pedagógicas geradas por autoridades estatais para normalizar o comportamento de pais e mães, conforme parâmetros considerados “adequados” ao pleno desenvolvimento infantil (Drotbohm e N’Guessan 2025). No Brasil, o volume de *Horizontes Antropológicos*, “A parentalidade como forma da governança reprodutiva contemporânea” (Rifiotis, Ribeiro, Villalta e Schuch 2025) traz uma compreensiva introdução a essa linha de reflexão crítica, induzindo o leitor a entender o leque amplo das parentalidades contemporâneas enquanto territórios de experimentação social que encerram tensões entre tradições familiares e inovações tecnológicas, entre direitos individuais e regulações estatais, entre mercados reprodutivos e éticas do cuidado.

Encontramos então uma série de novos temas - governança reprodutiva, justiça reprodutiva, parentalidades - que se remetem a práticas e ideias complementares, convergindo para a produção de uma potente chave analítica talhada para avançar em uma pauta comum: visibilizar as experiências reprodutivas de grupos marginalizados para, assim, combater os efeitos da imensa desigualdade social, econômica e política que assola nosso continente.

Espaços de sombra

Andamos um bom pedaço nesses últimos tempos, mas ainda permanecem terrenos a serem melhor explorados -- “espaços de sombra” sobre os quais enviamos esforços para jogar luz. Dentre esses espaços, consta o desafio de melhor elaborar as experiências informadas da América Latina -- uma região onde as desigualdades de classe, de raça, etnia e gênero não são apenas mais um dado, mas o eixo central das nossas problemáticas. Já, desde as primeiras discussões, chamou-se atenção ao *desengajamento* do Estado que tem atribuído contornos específicos ao papel da família enquanto “aliado fundamental das políticas voltadas para um segmento populacional que se considera formado por cidadãos malogrados ou potencialmente passíveis de malogro” (Debert 2006, 18). Isto é, dada a falta de serviços públicos, mulheres do continente Sul -- ao contrário dos

5 Não é nossa ambição aqui ampliar o escopo geográfico de nosso argumento, mas não podemos deixar de observar como, em contextos marcados por vulnerabilidades raciais e de classe, a solidariedade feminina emerge como força de resistência em arranjos que “fazem crescer” pessoas. Não à toa, o eixo da obra de Lobo com mulheres caboverdianas incide sobre a centralidade dos cuidados femininos em sociedades da África Ocidental como Cabo Verde (2011, 2014, 2024). Outras referências podem ser agregadas também em outros cenários, como: Hill Collins (2005), Semley (2020) e Tavares (2025).



países em que a chave-analítica da governança reprodutiva se originou (países europeus e os EUA) — nunca tiveram a experiência de um estado de bem-estar social. Assim, por exemplo, as novas tecnologias reprodutivas, financeiramente inacessíveis à grande maioria, aparecem com menor relevância nos estudos de governança reprodutiva aqui.

Mas, existem outros aspectos de nossa realidade reprodutiva mal iluminados que desafiam, antes de tudo, nosso olhar analítico. Em diálogo com os artigos apresentados nesse dossiê, esboçaremos os contornos de três desses desafios: a necessidade de rever a naturalização de fronteiras disciplinares assim como geográficas e escalares; a necessidade de aprofundar a compreensão das ambiguidades morais inerentes nas políticas de intervenção; e daí a necessidade de melhor explorar o preço emocional exigido, particularmente de mulheres, em todas as etapas do processo.

Política, economia e família: Revendo fronteiras e escalas

Seguindo a trajetória de debate consolidado em recentes décadas, Laura Briggs neste volume reafirma uma perspectiva consensual entre antropólogas feministas: ao limitar o estudo da família e parentesco à esfera doméstica, como se tivesse uma lógica própria, idealmente ao abrigo de influências políticas e econômicas, a antropologia clássica tomou um rumo infeliz. É justamente esse cerceamento do imaginário acadêmico em relação a temas de família, gênero e parentesco que — reforçado por dicotomias colonialistas de nós-eles, tradicional-moderno, público-privado — teria invisibilizado a importância desses temas para as intrincadas dinâmicas políticas e econômicas do mundo moderno (e.g., Ginsburg e Rapp, 1995, Thelen 2015, McKinnon e Fennell 2014).

Certamente, a crítica à segregação da vida social em diferentes domínios analíticos (“econômico”, “político”, “doméstico”, “público”) encontra precedentes em épocas anteriores. A discussão da economista Viviana Zelizer (1985), sobre a maneira em que dinheiro e afeto são normalmente tidos como mutuamente “hostis”, está entre as obras mais conhecidas, mas, há analistas pioneiros também no Brasil. Para citar apenas um deles: Klaas Woortmann (1977, 1981, 1988), nas páginas deste *Anuário Antropológico*, contribuiu de forma significativa para a reformulação da antropologia de família e parentesco. Em particular, seu estudo sobre a ordem moral camponesa, expressa na máxima “com parente não se neguceia” (1988), mostra a futilidade de considerar as esferas íntima e econômica separadamente. Sublinhou, ao invés, a maneira em que as relações de parentesco transcendem a esfera doméstica para se constituírem como organizadoras de práticas sociais e econômicas diversas. Se parte deste debate se renovou⁶, as considerações etnográficas de Woortman sobre os mundos camponeses assim como as periferias urbanas brasileiras sem dúvida fazem parte do caminho que permite com que pesquisadores brasileiros hoje possam compreender como as dinâmicas contemporâneas de governança reprodutiva se inserem em processos históricos mais amplos de transformação.

6 Citamos, a título de exemplo, o trabalho de Lobo e Venancio (2017), que, retomando a provocação de Woortman (1998) quanto à ideia de que o mundo do dinheiro, da mercadoria e do negócio não deve se misturar com assuntos afetivos e familiares, ressalta como, no arquipélago de Cabo Verde, os processos de produção e reprodução operam uma proximidade particular entre os dois universos. Concluem que as trocas materiais, incluindo as monetárias, não só permeiam a esfera familiar, mas a alimentam e a reproduzem, sem necessariamente a conturbar.



Em uma análise solidamente arraigada no mundo atual, no qual fenômenos tais como inovações tecnológicas, os fluxos de consumo e movimentos no mercado financeiro não deixam margem de dúvida sobre a influência de forças globais nos mínimos detalhes da vida cotidiana, Briggs (2025) também acentua a necessidade de análises inter-escalares, mostrando a imbricação do “político” nos assuntos que outrora eram tidos como íntimos. Endereça-se, em particular, aos discursos de ódio, propagados pela direita ultraconservadora contra estilos de vida que não correspondem às suas visões de um mundo ideal, mostrando como o medo das “ideologias de gênero”, assim como o apego a valores “tradicionais” de família, andam de par com políticas de austeridade e o endividamento pessoal.

Ao descrever o insistente esforço, nos Estados Unidos e alhures, de pacificar grupos considerados marginais - populações indígenas, negras, empobrecidas, migrantes, *queer* e/ou outras - Briggs evoca a longa história das relações entre as esferas do político e do íntimo sob a tônica de “corrigir” os comportamentos familiares, particularmente quando se trata de. Apoiado em recentes retrocessos legislativos em relação ao aborto, tecnologias conceptivas e contraceptivas, assim como a imposição cada vez mais rigorosa de parâmetros para avaliar “m/paternidades adequadas”, o cerne de seu argumento não deixa dúvida quanto à maneira como a enorme preocupação política com assuntos de reprodução, gênero e família persiste nos dias de hoje, fornecendo uma clara demonstração da hipótese que a autora anuncia há tempo: que “todas as políticas são políticas reprodutivas”.

Tal afirmação é bem ilustrada pelo artigo subsequente de Alexandra Desy e Diana Marre (2025), abordando as “maternidades impedidas” de mulheres francesas que devem superar obstáculos tanto legais quanto biológicos para poder remediar sua condição de infertilidade involuntária. Sem dúvida, há tempos que existem pesquisas mostrando como os fluxos entre as escalas locais, nacionais e internacionais não só reconfiguram laços e possibilidades de ser e fazer família, mas são organicamente constitutivos das práticas familiares contemporâneas (ver, por exemplo, Lobo 2014, e Fonseca 2002). É vasta a produção, no campo dos estudos migratórios, sobre as “formas de fazer família” à distância. Ora sob a rubrica das “famílias transnacionais” (Basch, Glick Schiller e Blanc-Szanton 1992, Bryceson e Vuorela 2002), ora sob as denominações dos cuidados transnacionais e transfronteiriços (Baldassar, Wilding e Baldock 2006, Baldassar 2008, Joseph, 2019), os estudos sobre as ditas formas familiares diaspóricas ou globais, desde o início dos anos 2000, apontam para dinâmicas em que separações físicas e temporais, longe de sinalizarem rupturas, têm o potencial de fortalecer laços familiares e comunitários. Nesse cenário, a manutenção de afetos passaria por mecanismos que prosperam não apesar da distância, mas graças a ela.

Contudo, no estudo de Desy e Marre, vemos como imposições do próprio Estado podem obrigar as pessoas a se deslocarem para realizar seu sonho de família. A mobilidade transfronteiriça, nesse caso, da França para a Espanha, é motivada pela busca de tratamentos médicos que, barrados no país de origem, são liberados no país vizinho. A discussão desses casos inspira o leitor a redimensionar as concepções normativas por vezes muito “localizadas” das práticas familiares: aquelas



**DOSSIÊ: CONTORNOS
CONTEMPORÂNEOS DE FAMÍLIA
E PARENTESCO: DESAFIOS EM
GOVERNANÇA REPRODUTIVA**

que tendem a categorizar famílias migrantes como desestruturadas ou disfuncionais (Reis e Renó Machado 2008, Lobo 2014, Laurent 2018). No artigo em pauta, os trânsitos transfronteiriços se revelam como o *sine qua non* da vida familiar, em particular, de casais lésbicos. Entretanto, através de uma abordagem teórico e metodologicamente inovadora sobre o intenso trabalho logístico que recai sobre essas mulheres, Desy e Marre mostram como não é nada simples administrar os complicados detalhes técnicos de uma intervenção médica, gravidez e parto fracionados entre diversos territórios e jurisdições nacionais.

Posto em diálogo com as provocações de Briggs, o debate em torno das “viagens reprodutivas” descritas por Desy e Marre suscita reflexões ainda de outra ordem. Aprendemos com certo alívio que, em 2021, o governo francês flexibilizou as normas legislativas que dificultavam o acesso a tecnologias assistivas para certos setores da população — por exemplo, aquelas que limitavam a doação de gametas a casais heterossexuais casados. Por outro lado, cabe lembrar que, hoje em dia, governos no mundo inteiro, e em particular na Europa, estão se inquietando com o que percebem como uma “crise de natalidade” capaz de ameaçar o futuro da nação — isto é, taxas de nascimento bem abaixo do mínimo para uma reposição populacional⁷. Dada essa situação demográfica, podemos perguntar se a recente flexibilização das leis francesas não surge como tentativa de atenuar a crise, isto é, se, aos olhos dos administradores, encorajar a fertilidade de cidadãos franceses não seria preferível a uma política mais permissiva de imigração. Dito de outra forma, podemos perguntar se as opções institucionalizadas da governança reprodutiva não são guiadas por um projeto de nação “europeia” (isto é, branca) tanto como por uma liberalização de atitudes quanto à orientação sexual e tipos de família⁸. Sendo assim, a lente ampliada de análise proposta na nossa abordagem de governança reprodutiva nos leva em direção a questões incômodas. No bojo das hierarquias de violência e pobreza criadas pelas atuais políticas econômicas globais, as maternidades não estariam ora facilitadas, ora impedidas, conforme critérios que refletem ideologias racistas e classistas da nação e da família nuclear heterossexual?

Regimes morais e o dilema das ambiguidades

Adentrando em um segundo espaço frequentemente mal iluminado do debate, os artigos desse dossiê destacam as ambiguidades que despontam quase inevitavelmente nos regimes morais que permeiam as estratégias nacionais de intervenção sobre as práticas de reprodução, comportamentos sexuais e relações de gênero. Na perspectiva proposta aqui, questões como quem pode reproduzir, em que condições e com quais apoios ou constrangimentos são analisadas na sua imbricação com regimes de governança constituídos de sentimentos morais, justificações éticas e ordenamentos valorativos (Fassin 2009). Indo além dos marcos regulatórios formais, isto é, atentando à dimensão moral de governança reprodutiva, somos levados para as complexas negociações que permeiam as decisões reprodutivas do dia-a-dia.

7 A amplitude da queda de nascimentos ao redor do mundo foi demonstrada graficamente em matéria publicada em julho de 2025. Dentre os dez países onde as taxas de natalidade tiveram maior queda desde 2010 estão a China (-40,1%), Itália (-34%,2), Espanha (-33,8%), Japão (-33,5%), Rússia (-31,7%) e França (-20,4%). Cf. em <https://www.cnews.fr/monde/2025-07-14/voici-les-10-pays-ou-le-taux-de-natalite-le-plus-chute-depuis-2010-1711522>

8 Sobre esse assunto, destacam-se os chamados “movimentos pró-natalistas” da direita nos EUA, que defendem a seleção embrionária e se inscrevem na “*tech right*”, encarnada por Elon Musk, que crê no progresso da técnica para aumentar os limites da humanidade. Ou seja, para os/as protagonistas de tais movimentos, o antídoto à queda da natalidade estaria no incremento da reprodução, a partir da fertilização *in vitro*, com o objetivo de fundar famílias numerosas, com bebês concebidos a partir de certas qualidades genéticas “desejáveis”, como, por exemplo, a inteligência. (ver <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cwyq550wxnwo>).



Na sua descrição sobre mães julgadas “inadequadas” no contexto do serviço argentino de proteção à infância, Carla Villalta (2025) oferece uma ilustração de mulheres cuja maternidade, longe de ser facilitada, é ativamente negada pela intervenção estatal. À medida que o leitor se aproxima dessas mães pobres e frequentemente negras, as ambiguidades dos mecanismos de governança tornam-se visíveis, junto com seu caráter eminentemente moral. Para ressaltar o caráter moral das avaliações sobre o comportamento materno, Villalta justapõe dois contextos em que o conceito “violência de gênero” assume conotações e efeitos bem diversos. Primeiro, cita como, no ano 2000, ativistas dos direitos humanos acionaram essa noção para reforçar a condenação criminal (e aumentar a pena) de quem se apropriou de crianças durante a ditadura militar. A estratégia inovadora surtiu efeito justamente por evocar a tortura sofrida pelas mães, presas políticas, ao serem separadas dos seus bebês.

Por outro lado, num contexto contemporâneo de grande pobreza, mulheres que chegaram à atenção dos serviços estatais por terem sofrido outro tipo de violência de gênero - a violência doméstica - não são necessariamente acolhidas com a mesma compreensão. Longe de verem sua condição de “vítima” acentuada pelo fato de ter apanhado do companheiro, essas mulheres caem, elas mesmas, sob suspeita de serem mães inadequadas. Nesse caso, o próprio tribunal, julgando que a mulher não proporciona um ambiente adequado para o bom desenvolvimento de seus filhos, encontra uma justificação para destituí-la de seu *status* materno. Nessa situação, qualquer problematização do sofrimento que a separação do seu filho possa lhe causar parece desmanchar no ar.

O artigo de Villalta (2025) acena para certo paradoxo. Ao ir “além” das antigas campanhas morais centradas quase exclusivamente nas mulheres/mães e insistir na inclusão do homem/pai na equação, a “virada parental” parece representar certo avanço. Porém, ironicamente, longe de atenuar a responsabilidade que pesa nos ombros da mãe, a implementação de políticas de “parentalidade” pode ter lhe acrescentado ainda outra tarefa: agora, além de cuidar dos filhos, a “boa mãe” deve se investir em converter seu companheiro ao ideário do “pai presente” para que exerça a devida influência na formação de seus filhos. E, tal como em outras áreas de governança reprodutiva, observa-se como os pressupostos moralizantes dessa nova ideologia, ainda que toquem todas as classes sociais, têm consequências radicalmente desiguais, conforme a classe e outros marcadores sociais da família.

Alessandra Rinaldi (2025) traz outro exemplo da negociação moral em torno de temas reprodutivos, desta vez na tradução de normas legislativas para o plano das práticas reais. No caso, a autora propõe examinar as ambiguidades numa lei brasileira de 2017 que introduz a noção de “entrega voluntária” de bebês. Desenhando um episódio “fictício”, porém baseado na sua longa experiência de pesquisas etnográficas na região carioca, Rinaldi traça a história de uma mulher que, no momento do parto, informa as autoridades hospitalares que não pretende ficar com seu bebê. Sua atitude logo provoca uma discussão conflituada entre as profissionais envolvidas sobre como proceder a partir dessa entrega. A assistente



social do hospital entende que cabe procurar membros da família extensa para ver se querem ou não assumir a guarda da criança, enquanto a conselheira tutelar rechaça esse esforço, insistindo que a “entrega” implica em sigilo total.

Esse desentendimento nos alerta de novo à especificidade do contexto na América Latina, onde a família extensa frequentemente tem um papel significativo na criação dos filhos. A assistente social está, sem dúvida, agindo a partir de sua vivência com grupos populares brasileiros nos quais, diante da ausência de serviços públicos de cuidado (vagas em creches, turno integral nas escolas, etc.), as solidariedades femininas, especialmente intergeracionais, constituem uma intrincada força da resistência (Correa 2021, Camila Fernandes 2017, Motta 2014, McCallum e Bustamante 2012). Em uma pesquisa recente sobre essas redes, Natália Fazzioni (no prelo), apoiando-se na sua longa experiência etnográfica na periferia urbana do Rio de Janeiro, mostra-nos o papel central das avós no cuidado cotidiano de crianças e adolescentes. Ou seja, em territórios marcados pela discriminação econômica e racial, e por certa defasagem entre a fertilidade reprodutiva e a consolidação da estabilidade doméstica e financeira dos jovens adultos, os membros da família extensa assumem um papel central no cuidado das crianças, apesar de viverem eles mesmos em condições longe de ideais (ver também Pina Cabral 2014).

Mas, o conflito de perspectivas suscitado por Rinaldi coloca em relevo algo que permeia a vida reprodutiva de pessoas numa escala que vai bem além da América Latina: as ambiguidades inerentes no funcionamento da própria lei. A conselheira tutelar, se opondo ao contato com a família extensa da parturiente, insiste que “a lei é clara”. Assim, rechaça a possibilidade de interpretações diversas da dela, por exemplo, que veem o “sigilo” do parto como nada automático, algo a ser acionado apenas quando a mãe opta expressamente por ele. Por outro lado, olhando do ponto de vista de certa tradição antropológica que vê as ambiguidades, e mesmo inconsistências, como inerentes a qualquer sistema regulatório (Moore 1978), podemos considerar como as interpretações conflitantes põem em valor o que é no fundo uma negociação moral. A lei, de fato, *abre a possibilidade* de uma mãe optar pelo sigilo do parto. Mas, se ela não explicitar essa opção, o respeito à decisão da parturiente de “entregar” seu filho anula ou não o direito da criança de ser criada no seio de sua família extensa? A procura por uma avó ou tia que possa assumir a guarda da criança pode ser lida como “pressão” para que a mãe mude de ideia?

O procurador, nessa história, diz ter medo de que a mulher que “desistir” de uma entrega protocolar resolva posteriormente dar seu filho a uma família que ela mesma escolheu. Seria possível ler nesse medo uma suspeita de que, guiada por interesses venais, a mãe venha a vender seu bebê. Lida nessa chave, podemos perguntar se a objeção da conselheira tutelar ao envolvimento da família extensa é motivada pelo respeito à vontade da parturiente ou pela suspeita de que ela não seja digna de participar da escolha de uma família adotiva adequada. Na arena da maternidade, em que certos raciocínios são facilmente naturalizados (e.g., a mãe que contempla a possibilidade de separar-se de seu filho não pode ser digna de



confiança), as negociações entre políticas de intervenção, ambiguidades morais e ambivalências pessoais emergem em toda sua complexidade.

Do dilema moral ao desgaste emocional

Não devemos imaginar que os psicólogos, assistentes sociais, juízes e outros profissionais incumbidos a implementar as políticas sociais estatais não sintam dúvidas ao tomar decisões que podem mudar o rumo inteiro da vida dos indivíduos. Didier Fassin (2009), lembrando que a economia moral que acompanha a racionalidade oficial o governo é sempre carregada de valores e afetos, abre diretamente para a análise dos dilemas emocionais vividos por esses agentes. Ao reconhecer que há diversas racionalidades de Estado simultaneamente em vigor - e.g., a do bem-estar social, com ênfase na justiça redistributiva, a punitiva, com ênfase na justiça retributiva, e a (neo)liberal, com ênfase no mérito e responsabilização individual – dá-se uma nova inteligibilidade aos sentimentos contraditórios que abalam a vida emocional dos encarregados de políticas públicas. Emergem, assim, com maior clareza os dilemas morais de um contexto “em que valores em oposição podem entrar em contato, sentimentos contraditórios podem criar tensões, e injunções políticas podem vir de encontro ao ethos profissional” (2009: 9). Dúvidas, angústias e, eventualmente, o próprio “burn-out” aparecem não mais como resultado de amorismo ou falta de preparo profissional, mas, antes como consequência de contradições inerentes no próprio sistema. É com o foco no desgaste emocional, entremeado à execução e sequelas de determinadas medidas de governança reprodutiva que os últimos artigos desse dossiê lidam, jogando luz sobre as subjetividades não apenas de cidadãos comuns, afetados no seu cotidiano, mas também de agentes do Estado.

Janaína Gomes (2025), em sua análise de processos judiciais no estado de São Paulo que culminaram na destituição do poder familiar de determinadas mães, abre uma janela justamente sobre esse elemento raramente visto nas discussões sobre a máquina estatal: o afeto investido nas complicadas negociações morais que fazem parte do trabalho rotineiro das Varas de Família. Ao adentrar esses espaços, tomamos conhecimento das angústias, tensões e conflitos das profissionais que têm como responsabilidade a avaliação de famílias e a emissão de relatórios que poderão mudar radicalmente a vida de todos os envolvidos. Sob a lente da antropologia das emoções, a autora mostra a que ponto o ambiente desse trabalho aparentemente rotineiro é carregado de dúvidas, esperanças e, em particular, frustrações diante dos recursos limitados que as psicólogas e assistentes sociais têm à sua disposição. Torna-se visível a fadiga emocional de um trabalho de “cuidado”, realizado em geral por mulheres e sob a pressão de uma estrutura hierárquica de autoridades com valores e expectativas nem sempre coincidentes entre elas. Ao centrar nos aspectos emocionais dessa complexa máquina judiciária, levando-nos a questionar “quem está cuidando de quem”, Gomes nos permite vislumbrar, mais uma vez, a necessidade analítica de borrar as fronteiras entre o íntimo e o político.

Poucas situações suscitam mais ambivalência entre todos os envolvidos do que



a colocação de uma criança em adoção. Grande parte do dilema se deve ao fato de que, embora tudo seja feito teoricamente “em nome do bem-estar da criança”, esta, em geral, é considerada muito jovem para poder opinar sobre a situação. Por isso, estudos como o de Soledad Gesteira (2025) escutando pessoas que viveram ao longo de décadas a oportunidade de avaliar determinada política de intervenção nas suas vidas, são muito bem-vindos.

Em uma narrativa etnográfica sobre os reencontros de adotados, já adultos, com seus parentes biológicos, Gesteira descreve o leque de emoções e jogos de identificação que se materializam nas políticas e práticas de adoção. A medida que emergem as vozes de mães, pais e filhos adultos, o leitor entende como, longe de proporcionar a sensação tão sonhada pelos filhos de algum tipo de clausura, a descoberta de suas “origens” se apresenta como informação potencialmente disruptiva, com potencial de operar uma reconfiguração das relações, posições e emoções de todos os envolvidos. Assim, a culpa e a vergonha expressas pela mãe “abandonante” podem ser amenizadas pela narrativa de circunstâncias trágicas (como pobreza extrema ou violência doméstica). A angústia e indignação vividas pelo filho “abandonado” podem ser escaladas ao nível de raiva ultrajada diante da informação de que foi “apropriado” por inscrição falsa. E a reunião com irmãos “de sangue” - pessoas julgadas isentas de qualquer responsabilidade pelo “abandono” - parece mais espontânea, carregada de sentimentos menos ambivalentes do que o reencontro com a genitora. Mas, acima de tudo, o leitor se conscientiza, junto com os próprios adotados, quanto à possibilidade de o reencontro com os pais biológicos levar aos dilemas angustiantes que acompanham quase inevitavelmente a suposta intimidade de parentes próximos emaranhados em desigualdades escancaradas de classe.

Finalmente, com o estudo de Gesteira sobre o reencontro entre mães e seus filhos dados em adoção, esse dossiê joga luz sobre um último assunto que tem demorado a aparecer nos estudos sobre governança: as relações entre pessoas adultas interagindo no âmbito familiar. Ademais, nos fóruns de debate sobre governança reprodutiva, observa-se relativamente pouca atenção atribuída aos cuidados que envolvem velhos, adultos com deficiência e, eventualmente, outros dependentes da família, como se essas arenas de debate fossem estatisticamente ou politicamente de “menor” importância. Podemos aventar a hipótese de que os estudos da governança reprodutiva tenham importado das políticas públicas a tendência de naturalizar a importância preponderante dos “anos formativos” da infância. É como se, com a moda da “parentalidade”, isto é, a notável concentração de atenções no amparo e regulação de famílias com filhos na primeira infância, outras etapas do ciclo doméstico tivessem recuado para a sombra. Essa importação soa ainda mais irônica quando notamos que, para muitas mães especialmente em grupos populares, o período crucial de desenvolvimento dos seus filhos não é necessariamente a primeira infância e, sim, a adolescência quando as “más companhias” podem “virar a cabeça” dos jovens, levando-os para um destino trágico (Motta 2014, Sorj 2016).



Considerações finais

Ao longo deste artigo, procuramos pensar como a governança reprodutiva no Brasil e na América Latina se configura como um campo de análise incontornável para compreender as dinâmicas contemporâneas de poder, desigualdade e resistência. Ao deslocar o olhar das dimensões mais óbvias da reprodução para as suas articulações com processos políticos, econômicos e afetivos mais amplos, as contribuições aqui apresentadas iluminam precisamente aqueles “espaços de sombra” que permaneciam obscurecidos no esforço de pensar sobre governança reprodutiva em 2021 (Fonseca, Marre e Rifiotis 2021).

Passados quatro anos, buscamos reafirmar que, em contextos marcados por profundas desigualdades estruturais de classe, raça, gênero e nacionalidade, a governança reprodutiva opera simultaneamente como mecanismo de controle e arena de disputas, da qual emergem forças de resistência. As maternidades impedidas, violadas, destituídas ou negociadas não são casos isolados, mas expressões sistemáticas de como determinados corpos e famílias são continuamente submetidas a escrutínios morais, intervenções estatais e violências que outros segmentos sociais jamais experimentarão. A “bala perdida” que mata o bebê de Stella, as avós que assumem o cuidado de netos em territórios abandonados pelo Estado, as mulheres francesas que cruzam fronteiras em busca de tecnologias reprodutivas e as mães argentinas destituídas de seus filhos sob a justificativa da violência que elas próprias sofrem — todos estes casos revelam uma mesma gramática: aquela que define quem pode reproduzir e cuidar dos filhos, em que condições, com quais apoios ou sob quais vigilâncias.

No entanto, e isso é fundamental, buscamos mostrar que a governança reprodutiva não é um processo unidirecional de controle. As estratégias femininas de solidariedade, as redes intergeracionais de cuidado, as mobilidades transfronteiriças que viabilizam projetos reprodutivos, as negociações morais cotidianas nos espaços institucionais — tudo isso aponta para o que Briggs (2025) denominou a força da resistência. Trata-se de reconhecer que, mesmo em contextos de extrema precariedade e violência estatal, sujeitos e coletivos produzem formas criativas de “fazer família”, de cuidar, de sustentar a vida, desafiando tanto as normatividades impostas quanto as próprias categorias analíticas que utilizamos para compreendê-los.

A atenção às economias morais e às dimensões emocionais da governança reprodutiva revela ainda outra camada fundamental: a de que as políticas reprodutivas não operam apenas através de marcos legais e instituições formais, mas se materializam em julgamentos cotidianos, afetos ambivalentes, frustrações profissionais e negociações micropolíticas que tornam a fronteira entre o íntimo e o político não apenas borrada, mas constitutivamente indissociável.

Nossa reflexão parte da convicção de que as particularidades da governança reprodutiva no Brasil e na América Latina — marcadas por um “sentido aguçado de desigualdade de classe”, pela ausência histórica de um Estado de bem-estar social consolidado, pela centralidade das hierarquias raciais na estruturação da



**DOSSIÊ: CONTORNOS
CONTEMPORÂNEOS DE FAMÍLIA
E PARENTESCO: DESAFIOS EM
GOVERNANÇA REPRODUTIVA**

vida social —não são meros contextos locais de aplicação de teorias desenvolvidas alhures. São, antes, terrenos privilegiados para a produção de conhecimento teórico e empírico que permitem repensar, desde o Sul global, as próprias categorias com que compreendemos reprodução, família, parentalidade e justiça social.

Se as pesquisas desenvolvidas até o momento têm nos ensinado que “toda reprodução é política”, elas também chamam atenção para o fato de que toda política reprodutiva pode ser também uma política de desigualdade — e que qualquer horizonte de justiça reprodutiva e social deve necessariamente confrontar as estruturas que fazem com que alguns corpos e famílias sejam sistematicamente mais vigiados, mais violados, mais destituídos que outros. Esse é o desafio ético e político que emerge destas páginas e que convocamos leitoras e leitores a enfrentar conosco.



Sobre as autoras

Andréa Lobo

Doutora em Antropologia Social e professora no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB). Estudiosa da sociedade cabo-verdiana desde o início dos anos 2000, tem publicado livros e artigos sobre as dinâmicas familiares e contextos de mobilidade, gênero, políticas de governo sobre a família, trânsitos globais. Realiza pesquisa sobre as mesmas temáticas no Senegal e Brasil. É coordenadora do Laboratório de Etnografia das Circulações e Dinâmicas Migratórias (MOBILE/UnB) e coordenadora regional da Rede Anthera (Rede Internacional de Pesquisa sobre Família e Parentesco). É membro dos laboratórios internacionais de “Pesquisa em Ciências Sociais” (LPCS), Universidade de Cabo Verde, UniCV e do LAAP, Laboratoire D’Anthropologie Prospective, UCL, Bélgica.

Email: andreaslobo@yahoo.com.br

Claudia Fonseca

Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil) e coordenadora da Anthera – Rede de Pesquisa Internacional sobre Família e Parentesco. Seus interesses de pesquisa incluem tecnologias de governo, políticas de cuidado, epistemologias feministas, e antropologia da ciência e tecnologia, família, gênero e parentesco.

Email: claudialwfonseca@gmail.com

Fernanda Cruz Rifiotis

Professora do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPEL. Realizou pós-doutorado sênior no PPGAS/UFRGS, com período de estágio sênior no exterior (LISST-Toulouse). Entre 2023 e 2024, desenvolveu pesquisa de pós-doutorado no Centre Norbert Elias (EHESS-Marseille) (com bolsa CNPq). É co-coordenadora da Rede ANTHERA (Rede Internacional de Pesquisa sobre Família e Parentesco). Entre 2017 e 2020, realizou pós-doutorado no PPGAS/UFRGS (bolsa Jacques Gutwirth - PNPd Capes). Entre 2010 e 2017, realizou pós-doutorado no IRIS/ EHESS (bolsa Capes), onde também realizou estágio de doutorado entre 2011 e 2012 (bolsa Capes). Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (bolsa CNPq).

E-mail: frifiotis@gmail.com

Contribuição das autoras

O presente artigo é resultado de contribuição complementar e com igual escopo das três autoras. Todas participaram diretamente do processo de conceituação, desenho, argumento e redação da versão para publicação.



Declaração sobre a disponibilidade das informações

Os conteúdos subjacentes ao texto não estão disponíveis em repositórios de dados abertos.

Editor Chefe

Carlos Sautchuk (<https://orcid.org/0000-0002-2427-2153>).

Editores Associados

Rosana Castro (<https://orcid.org/0000-0002-1069-4785>).

Sara Morais (<https://orcid.org/0000-0003-1490-1232>).

Jose Arenas Gómez (<https://orcid.org/0000-0002-2159-0527>).

Alberto Fidalgo Castro (<https://orcid.org/0000-0002-0538-5582>).

Elisabeth Defreyne (<https://orcid.org/0009-0009-2559-0047>).

Recebido em 03/10/2025

Aprovado para publicação em 07/10/2025 pela editora Sara Morais (<https://orcid.org/0000-0003-1490-1232>)



Referências

- BALDASSAR, Liana. 2008. "Missing kin and longing to be together: Emotions and the construction of co-presence in transnational relationships". *Journal of Intercultural Studies*, v. 29, n. 3: 247-66.
- BALDASSAR, Liana; WILDING, Rosalind; BALDOCK, Clive. 2006. "Long-distance caregiving, transnational families and the provision of aged care". In: PAOLETTI, Isabella (org.). *Family caregiving for older disabled*. Nova York: Nova Science.
- BASCH, Linda; SCHILLER, Nina Glick; BLANC-SZANTON, Cristina (orgs.). 1992. *Towards a transnational perspective on migration: Race, class, ethnicity and nationalism reconsidered*. Nova York: New York Academy of Sciences.
- BRAGA, R.; CARNEIRO, R. 2024. "Amamentar não é sobre amor, é sobre trabalho e saúde pública": leituras de um ativismo brasileiro e sua interface com os direitos sexuais e reprodutivos contemporâneos". *Saúde e Sociedade*, v. 33, n. 4: 1-14.
- BRANDÃO, Elaine Reis; CABRAL, C. 2021. "Justiça reprodutiva e gênero: desafios teórico-políticos acirrados pela pandemia de Covid-19 no Brasil". *Interface*, v. 25: 1-16.
- BRANDÃO, Elaine Reis; LOWENKRON, Laura; CARNEIRO, Rosamaria. 2025. *Justiça reprodutiva: Desafios interseccionais na saúde coletiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- BRIGGS, Laura. 2017. *How all politics became reproductive politics: From welfare reform to foreclosure to Trump*. Berkeley: University of California Press.
- BRIGGS, Laura. 2025. "Gender, Debt, and the Neo-Fascist Right: The Questions of Contemporary Reproductive Governance". *Anuário Antropológico Online*, v. 50. DOI: <https://doi.org/10.4000/14qwi>
- BRYCESON, Deborah Fahy; VUORELA, Ulla (orgs.). 2002. *The transnational family: New European frontiers and global networks*. Oxford; Nova York: Berg.
- CORRÊA, Mariza. 1981. "Repensando a família patriarcal brasileira". *Cadernos de Pesquisa*, n. 37: 5-16.
- CORRÊA, Ranna Mirthes. 2021. "A economia moral dos cuidados: Uma reflexão sobre as fronteiras entre dinheiro, afeto e o Estado nas casas de 'cuida-se' em Porto Alegre (RS)". *Teoria e Cultura*, v. 16, n. 1: 167-81.
- DEBERT, Guita. 2006. "Conflitos éticos nas Delegacias de Defesa da Mulher". In: *Gênero e distribuição da Justiça: as delegacias de defesa da mulher e a construção das diferenças*. Campinas: Pagu/Unicamp.
- DESY, Alexandra; MARRE, Diana. 2025. "La movilidad reproductiva transfronteriza para sortear los impedimentos a la maternidad". *Anuário Antropológico Online*, v. 50. DOI: <https://doi.org/10.4000/14qwl>
- DROTBOHM, Heike; N'GUESSAN, Koffi. 2025. "Parenting as contested practice between experts, audiences, and selves: An introduction". *Ethos*, v. 53, n. 2: e70010. DOI: <https://doi.org/10.1111/etho.70010>
- FARIA, Livia de Moura; VERGARA, Sofia de Medeiros. 2021. "O combate à violência obstétrica como instrumento de desenvolvimento social". *Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal*, v. 3, n. 3: 63-85.
- FASSIN, Didier. 2009. "Another politics of life is possible". *Theory, Culture & Society*, v. 29: 44-60.



- FASSIN, Didier. 2013. "Governing precarity". In: *At the heart of the state: the moral world of institutions*. London: Pluto Press.
- FAZZIONI, Natália. 2026. "Avós que criam: relações de cuidado intergeracionais em favelas cariocas". *Antropolítica*, v. 58, n. 1 (no prelo)
- FERNANDES, Camila. 2017. *Figuras da causação: Sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- FONSECA, Claudia. 2002. "Inequality near and far: Adoption as seen from the Brazilian favelas". *Law & Society Review*, v. 36, n. 2: 101-34.
- FONSECA, Claudia. 2025. "Parentalidade: Pedra angular da governança reprodutiva". *Anuário Antropológico Online*, v. 50. URL: <http://journals.openedition.org/aa/14648>
- FONSECA, Claudia; MARRE, Diana. 2019. "Adoção transnacional e humanitarismo: Resgate ou rapto?". In: GATTI, Gabriel (org.). *Narrativas, figuras y soportes de la transnacionalización del sufrimiento. De los desaparecidos (locales) a las víctimas (globales)*. Disponível em: http://www.historiapolitica.com/datos/biblioteca/desaparecidos_fonsecaymarre.pdf
- FONSECA, Claudia; MARRE, Diana; RIFIOTIS, Fernanda. 2021. "Governança reprodutiva: Um assunto de suma relevância política". *Horizontes Antropológicos*, v. 27, n. 61: 7-46. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000300001>
- GESTEIRA, Soledad. 2025. "Expectativas, conflictos e incertezas: la construcción de lazos de parentesco de personas adoptadas que encuentran a su familia de origen". *Anuário Antropológico Online*, v. 50. DOI: <https://doi.org/10.4000/14qwj>
- GINSBURG, Faye D.; RAPP, Rayna. 1991. "The politics of reproduction". *Annual Review of Anthropology*, n. 20: 311-43.
- GINSBURG, Faye D.; RAPP, Rayna (orgs.). 1995. *Conceiving the new world order: The global politics of reproduction*. Berkeley: University of California Press.
- GOMES, Janaína. 2025. "'Poder falar sobre aquilo que não se pode escrever': notas sobre os aspectos emocionais envolvidos no trabalho com Destituições do Poder Familiar dos Setores Técnicos das Varas de Infância e Juventude no Estado de São Paulo". *Anuário Antropológico Online*, v. 50. DOI: <https://doi.org/10.4000/14gxu>
- HILL COLLINS, Patricia. 2005. "Black women and motherhood". In: HARDY, Sarah Caroline Wiedmer (org.). *Motherhood and space: Configurations of maternal through politics, home and the body*. Nova York: Palgrave MacMillan. pp. 149-60.
- JOSEPH, Handerson. 2019. "Diaspora". In: NEIBURG, Federico (org.). *Conversas Etnográficas Haitianas*. Belo Horizonte: Papeis Selvagens.
- LAURENT, Pierre-Joseph. 2018. *Amours pragmatiques: Familles, migrations et sexualité au Cap-Vert aujourd'hui*. Paris: Karthala.
- LOBO, Andréa. 2011. "Making families: Child mobility and familiar organization in Cape Verde". *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, n. 8: 197-219.
- LOBO, Andréa. 2014. *Tão longe e tão perto: Famílias e "movimentos" na Ilha da Boa Vista de Cabo Verde*. Brasília: ABA Publicações.
- LOBO, Andréa. 2024. "Elas por elas: Nexos de cultivo em redes femininas de afeto ou, uma singela homenagem". *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, n. 24: e45786.
- LOBO, Andréa; VENANCIO, Vinícius. 2017. "Com parente se negocia? Redes migratórias e o comércio transnacional em Cabo Verde". *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, n. 23: 25-44.



- MCCALLUM, Cecilia; BUSTAMANTE, Vania. 2012. "Parentesco, gênero e individuação no cotidiano da casa em um bairro popular de Salvador da Bahia". *Etnográfica* [Online], v. 16, n. 2.
- MCKINNON, Susan; CANNELL, Fenella. 2014. *The difference kinship makes*. Santa Fe: SAR Press.
- MCKINNON, Susan; CANNELL, Fenella; BEAR, Laura; BODENHORN, Barbara; CARSTEN, Janet; FEELEY-HARNIK, Gillian. 2013. *Vital relations: Modernity and the persistent life of kinship*. Santa Fe: SAR Press.
- MOORE, Sally Falk. 1978. *Law as process: an anthropological approach*. London: Routledge and Kegan Paul.
- MORGAN, Linda M.; ROBERTS, Elizabeth F. S. 2012. "Reproductive governance in Latin America". *Anthropology & Medicine*, v. 19, n. 2: 241-54.
- MOTTA, Eugênia. 2014. "Houses and economy in the favela". *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology* [Online], v. 11: 118-58.
- MURRAY, Marjorie; TIZZONI, Constanza. 2025. Materializando intimidades: estratégias cotidianas de mujeres madres em Santiago. In Martina Yopo Díaz (ed.), *Desafíos actuales de género, familia y fertilidade*. Santiago de Chile: FCE. Cap.8
- PINA-CABRAL, João. 2014. Agnatas, vizinhos e amigos: variantes da vicinalidade em África, Europa e América. *Revista De Antropologia*, v. 57, n. 2: 23-46
- REIS, Ellem Saraiva; MACHADO, Igor José de Renó. 2008. "Imigração, risco e família: Novas configurações familiares e direitos humanos em Governador Valadares". *REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 16, n. 31: 229-37.
- RIFIOTIS, Fernanda; RIBEIRO, Fernanda; VILLALTA, Carla; SCHUCH, Patrice. 2025. "A parentalidade como forma da governança reprodutiva contemporânea". *Horizontes Antropológicos*, n. 73.
- RINALDI, Alessandra. 2025. "Vânias e Marluces: Violência, gênero e políticas para a Infância e Juventude". *Anuário Antropológico Online*, v. 50. DOI: <https://doi.org/10.4000/14qwm>
- SEMLEY, Lorelle. 2020. "Motherhood and maternalism in Africa". *Oxford Research Encyclopedia of African History*. Oxford, UK.
- SILVA, Ingrid Schimith Miranda da. 2023. *A Governança Reprodutiva na América Latina: um olhar através da lente da Justiça Reprodutiva*. Dissertação de Mestrado Profissional em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais, PUC-SP.
- SORJ, Bila. 2016. "Políticas sociais, participação comunitária e a desprofissionalização do care". *Cadernos Pagu* [online], n. 46: 107-28.
- TAVARES, Maria Smedo. 2025. *Familles, migrations et conjugalités: Une ethnographie des familles cap-verdiennes-sénégalaises à Dakar*. Tese de doutorado, Université Catholique de Louvain, Louvain.
- TEIXEIRA, Alessandra; UCHÔA, Ana Carolina. 2025. "Mães destituídas da maternidade: biopolítica, (in)justiça reprodutiva e novos saberes sobre a pobreza". *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, v. 57, n. 1. DOI: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2025.v57.i1.a64041>
- THELEN, Tatjana. 2015. "Care as social organization: Creating, maintaining, and dissolving significant relations". *Anthropological Theory*, v. 15, n. 4: 491-515.
- VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. 2011. A guerra das mães: dor e política em situações



de violência institucional. *Cadernos pagu*, V. 37: 79-116.

WOORTMANN, Klaas. 1977. "Reconsiderando o parentesco". *Anuário Antropológico*, v. 1, n. 1: 149-85.

WOORTMANN, Klaas. 1981. "Casa e família operária". *Anuário Antropológico*, v. 5, n. 1: 119-50.

WOORTMANN, Klaas. 1988. "Com parente não se negocia: O campesinato como ordem moral". *Anuário Antropológico*, v. 12, n. 1: 11-73.

ZELIZER, Viviana. 1985. *Pricing the priceless child: The changing social value of children*. Nova York: Basic Books.